

**Infantário da Escola Preparatória de Vila Nova de Famalicão**

## **Demonstrações Financeiras**

**em 31 de dezembro de 2014**

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Anexo .....	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	7
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
3.1. Bases de apresentação.....	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração.....	9
4. Fluxos de caixa .....	13
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
6. Ativos fixos tangíveis.....	14
7. Ativos intangíveis .....	14
8. Custos dos empréstimos obtidos.....	15
9. Inventários.....	15
10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	16
11. Clientes e Utentes.....	16
12. Estado e outros Entes Públicos.....	16
13. Outras contas a receber .....	16
14. Diferimentos.....	17
15. Outros ativos financeiros .....	17
16. Fundos patrimoniais.....	17
17. Resultados transitados.....	17
18. Outras variações nos fundos patrimoniais.....	17
19. Outras contas a pagar.....	18
20. Fornecedores.....	18
21. Vendas e serviços prestados .....	18
22. Subsídios, doações e legados à exploração.....	18
23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	19
24. Fornecimentos e serviços externos.....	19
25. Gastos com o pessoal.....	19
26. Outros rendimentos e ganhos.....	20
27. Outros gastos e perdas .....	20
28. Resultados financeiros .....	20
29. Compromissos.....	20
30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
31. Acontecimentos após data de balanço .....	21
32. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras.....	21

## Balanço

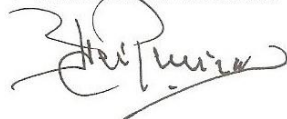
### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: Euros

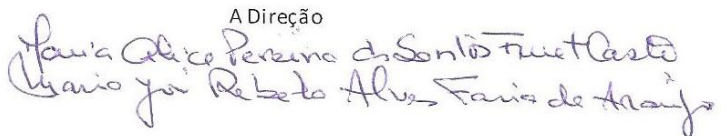
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2014	31-12-2013
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6	693.972,21	722.413,07	
Ativos intangíveis	7	66,87	133,73	
Outros ativos financeiros	15	27,67	-	
Subtotal		694.066,75	722.546,80	
Ativo corrente				
Inventários	9	534,93	1.415,60	
Clientes	11	3.760,50	4.276,50	
Estado e outros Entes Públicos	12	83,75	1.390,98	
Outras contas a receber	13	27.895,47	23.679,16	
Diferimentos	14	1.662,57	2.266,57	
Caixa e depósitos bancários	4	32.269,67	51.648,25	
Subtotal		66.206,89	84.677,06	
Total do ativo			760.273,64	807.223,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais		16		
Resultados transitados	17	1.200,17	12.696,27	
Outras variações nos fundos patrimoniais	18	136.808,05	142.078,18	
Subtotal		138.008,22	154.774,45	
Resultado líquido do período		34.068,93	- 11.496,10	
Total do fundo de capital			172.077,15	143.278,35
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8	355.750,00	418.714,59	
Subtotal		355.750,00	418.714,59	
Passivo corrente				
Fornecedores	20	7.802,32	8.327,11	
Estado e outros Entes Públicos	12	12.719,72	12.161,59	
Associados/membros	10	69.320,82	58.690,82	
Financiamentos obtidos	8	70.500,00	78.035,41	
Diferimentos	14	24.294,97	-	
Outras contas a pagar	19	47.808,66	88.015,99	
Subtotal		232.446,49	245.230,92	
Total do passivo			588.196,49	663.945,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			760.273,64	807.223,86

Vila Nova de Famalicão, 25 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



## Demonstração dos Resultados por Naturezas

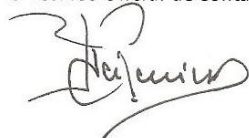
## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

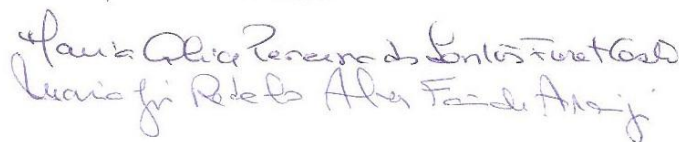
		Unidade monetária: Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	166.788,50	167.183,85
Subsídios, doações e legados à exploração	22	249.207,67	228.167,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	- 29.441,83	- 28.174,11
Fornecimentos e serviços externos	24	- 47.644,77	- 51.715,01
Gastos com o pessoal	25	- 279.581,75	- 284.993,55
Outros rendimentos e ganhos	26	23.599,60	9.050,75
Outros gastos e perdas	27	- 1.419,04	- 2.610,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>81.508,38</b>	<b>36.908,76</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	- 28.688,35	- 29.849,85
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>52.820,03</b>	<b>7.058,91</b>
Juros e gastos similares suportados	28	- 18.751,10	- 18.555,01
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>34.068,93</b>	<b>11.496,10</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>34.068,93</b>	<b>11.496,10</b>

Vila Nova de Famalicão, 25 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Direção





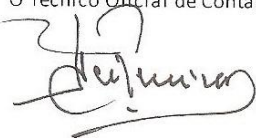
## Demonstração dos Fluxos de Caixa

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

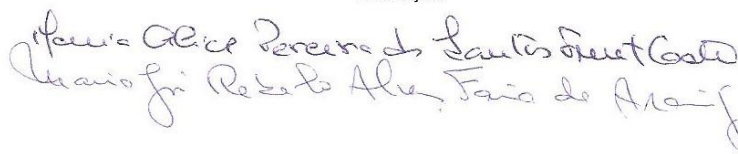
		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
<b><u>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de clientes e utentes		168.004,50	165.226,85
Pagamento a fornecedores		- 76.672,15	- 87.231,10
Pagamentos ao pessoal		- 279.437,24	- 295.992,58
Caixa gerada pelas operações		- 188.104,89	- 217.996,83
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		299.464,35	246.514,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		111.359,46	28.517,98
<b><u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-	41.687,72	- 1.807,13
Ativos intangíveis	-	-	200,59
Investimentos financeiros	-	27,67	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		300,46	-
Juros e rendimentos similares		0,01	149,06
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)	-	41.414,92	- 1.858,66
<b><u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-	70.500,00	- 70.500,00
Juros e gastos similares	-	18.823,12	- 20.280,56
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	-	89.323,12	- 90.780,56
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		- 19.378,58	- 64.121,24
Caixa e seus equivalentes no início do período		51.648,25	115.769,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	32.269,67	51.648,25

Vila Nova de Famalicão, 25 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

O "Infantário da Escola Preparatória de Vila Nova de Famalicão" foi constituído por escritura pública no 2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, no dia 17 de agosto de 1983, com início de atividade para efeitos de IVA e IRC em 1 de outubro de 1983, tem como número de identificação fiscal o 501 391 878 e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral de Segurança Social sob o n.º 104/2003, a fls. 10 e 10 verso do livro n.º 10 das Associações de Solidariedade Social em 22 de maio de 2002.

A Instituição tem a sua sede na Avenida de França, n.º 794, na freguesia Vila Nova de Famalicão e Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Código postal: 4760-104 Vila Nova de Famalicão

E-mail: [infescprepvnf@hotmail.com](mailto:infescprepvnf@hotmail.com)

Sítio da Instituição : [www.juliobrandaoinfantario.pt](http://www.juliobrandaoinfantario.pt)

Os estatutos da associação estabelecem no seu artigo 2.º o seguinte: -----

A associação "O Infantário da Escola Preparatória de Vila Nova de Famalicão" tem por objetivos:

- a) Promover o apoio social básico às crianças dos três meses de idade aos três anos e respectivas famílias (valência de creche), assegurando-lhes as condições de uma guarda segura, a prestação de cuidados de higiene e alimentação, bem como o indissociável desenvolvimento pessoal e social;
- b) Promover o desenvolvimento educativo/formativo das crianças dos três anos até à entrada no ensino básico, bem como a guarda segura e a animação socioeducativa nos tempos em que as respectivas famílias estiverem impedidas pelo seu trabalho (valência de jardim de infância);
- c) Enquadrar, do ponto de vista pedagógico e educativo, as crianças da escola básica para além do seu horário escolar, assegurando o apoio às famílias nas horas em que estas estiverem impedidas pelo seu trabalho (valência de centro de ocupação dos tempos livres – ATL);

e o seu âmbito de ação abrange o concelho de Vila Nova de Famalicão.

Códigos C.A.E. aplicáveis:

85100 – Educação Pré-Escolar.

88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 – Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido decreto, refere-se que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonst.Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

**2.2 - Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

**2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)





**3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

**3.1.3. Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4. Materialidade e agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

**3.1.6. Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificados; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

#### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao custo considerado.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	2% - 10%	10 - 50
Equipamento Básico	12,5% - 14,28%	7 - 8
Equipamento de Transporte	25%	4
Equipamento administrativo	7,14% - 20%	5 - 14
Outros activos fixos tangíveis	10,00% - 16,66%	6 - 10

#### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Programas de computador	33,33%	3

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecida.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

#### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos



como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

### 3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de IRC:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 "rendimentos empresariais derivados das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor" poderão ser sujeitos a IRC à taxa de 21,5%, nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.3 - Juízos de valor que a Direção fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas

demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### **3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

### **3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## **4. Fluxos de caixa**

### **4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:**

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

### **4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldos:



Descrição	2014	2013
Caixa	2.169,28	2.144,60
Depósitos à ordem	30.100,39	49.503,65
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>32.269,67</b>	<b>51.648,25</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 6. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	765.848,80	-	-	-	-	765.848,80
Equipamento básico	40.712,15	180,63	-	-	-	40.892,78
Equipamento administrativo	27.651,28	-	-	-	-	27.651,28
Outros Ativos fixos tangíveis	2.036,73	-	-	-	-	2.036,73
<b>Total</b>	<b>836.248,96</b>	<b>180,63</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>836.429,59</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	68.251,64	19.694,53	-	-	-	87.946,17
Equipamento básico	27.582,23	4.930,80	-	-	-	32.513,03
Equipamento administrativo	17.127,78	3.741,56	-	-	-	20.869,34
Outros Ativos fixos tangíveis	874,24	254,60	-	-	-	1.128,84
<b>Total</b>	<b>113.835,89</b>	<b>28.621,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142.457,38</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>722.413,07</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>693.972,21</b>

31 de dezembro de 2013

Descrição	Saldo em 01-jan-2013	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2013
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	757.768,62	8.080,18	-	-	-	765.848,80
Equipamento básico	40.712,15	-	-	-	-	40.712,15
Equipamento administrativo	27.651,28	-	-	-	-	27.651,28
Outros Ativos fixos tangíveis	2.036,73	-	-	-	-	2.036,73
<b>Total</b>	<b>828.168,78</b>	<b>8.080,18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>836.248,96</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	49.066,94	19.184,70	-	-	-	68.251,64
Equipamento básico	22.127,30	5.454,93	-	-	-	27.582,23
Equipamento administrativo	13.000,14	4.127,64	-	-	-	17.127,78
Outros Ativos fixos tangíveis	619,64	254,60	-	-	-	874,24
<b>Total</b>	<b>84.814,02</b>	<b>29.021,87</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.835,89</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>743.354,76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>722.413,07</b>

## 7. Ativos intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de dezembro de 2014						
Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	2.483,47	-	-	-	-	2.483,47
...	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.483,47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.483,47</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	2.349,74	66,86	-	-	-	2.416,60
...	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.349,74</b>	<b>66,86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.416,60</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>133,73</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66,87</b>

31 de dezembro de 2013						
Descrição	Saldo em 01-jan-2013	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2013
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	2.282,88	200,59	-	-	-	2.483,47
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.282,88</b>	<b>200,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.483,47</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	1.521,76	827,98	-	-	-	2.349,74
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.521,76</b>	<b>827,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.349,74</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>761,12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133,73</b>

## 8. Custos dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 os saldos da rubrica de “financiamentos obtidos” apresentavam-se como segue:

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	70.500,00	355.750,00	426.250,00	78.035,41	418.714,59	496.750,00
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>70.500,00</b>	<b>355.750,00</b>	<b>426.250,00</b>	<b>78.035,41</b>	<b>418.714,59</b>	<b>496.750,00</b>

## 9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	822,27	28.767,44	-	1.415,60	27.105,40	1.455,76	534,93
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>822,27</b>	<b>28.767,44</b>	<b>-</b>	<b>1.415,60</b>	<b>27.105,40</b>	<b>1.455,76</b>	<b>534,93</b>

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: Géneros alimentares ..... 457,59€
- Materiais diversos: Material de limpeza, higiene e conforto ..... 30,09€
- Batas ..... 47,25€
- Total ..... 534,93€

**10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
<b>Ativo</b>		
Fundadores/.../associados/membros	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/.../associados/membros	69.320,82	58.690,82
...	-	-
<b>Total</b>	<b>69.320,82</b>	<b>58.690,82</b>

**11. Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>3.760,50</b>	<b>4.276,50</b>
Clientes	-	-
Utentes	3.760,50	4.276,50
<b>Total</b>	<b>3.760,50</b>	<b>4.276,50</b>

**12. Estado e outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	83,75	1.390,98
<b>Total</b>	<b>83,75</b>	<b>1.390,98</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.116,51	3.048,29
Segurança Social	9.603,21	9.113,30
<b>Total</b>	<b>12.719,72</b>	<b>12.161,59</b>

**13. Outras contas a receber**

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Saldo devedores de fornecedores	82,83	206,52
Adiantamentos ao pessoal	68,37	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	125,13	-
Entidades devedoras por subsídios	27.619,14	23.472,64
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>27.895,47</b>	<b>23.679,16</b>



**14. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	1.412,56	1.338,54
...	-	-
Outros	250,01	928,03
<b>Total</b>	<b>1.662,57</b>	<b>2.266,57</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
...	-	-
Outros	24.294,97	-
<b>Total</b>	<b>24.294,97</b>	<b>-</b>

**15. Outros ativos financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2014		2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de compensação do trabalho	27,67	-	4,24	-
...	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**16. Fundos patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2014
Resultados transitados	12.696,27	-	11.496,10	1.200,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	142.078,18	-	5.270,13	136.808,05
Resultado Líquido do Período	- 11.496,10	45.565,03	-	34.068,93
<b>Total</b>	<b>143.278,35</b>	<b>45.565,03</b>	<b>16.766,23</b>	<b>172.077,15</b>

**17. Resultados transitados**

Esta rubrica apresentou os seguintes movimentos no período de 2014:

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2014
Valor inicial	12.696,27	-	-	12.696,27
Lucro do período anterior	-	-	11.496,10	- 11.496,10
<b>Total</b>	<b>12.696,27</b>	<b>-</b>	<b>11.496,10</b>	<b>1.200,17</b>

**18. Outras variações nos fundos patrimoniais**

No período de 2014 esta rubrica apresentou os seguinte movimentos:

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2014
Subsídios ao investimento	142.078,18	-	5.270,13	136.808,05
Doações	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>142.078,18</b>	<b>-</b>	<b>5.270,13</b>	<b>136.808,05</b>



**19. Outras contas a pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	40.882,32
Credores por acréscimos de gastos	-	47.808,66	-	47.133,67
Outros credores	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>47.808,66</b>	-	<b>88.015,99</b>

**20. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	7.802,32	8.327,11
...		
<b>Total</b>	<b>7.802,32</b>	<b>8.327,11</b>

**21. Vendas e serviços prestados**

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

**Vendas**

Descrição	2014	2013
Mercadorias	-	-
Materiais de consumo	1.660,00	60,00
<b>Total</b>	<b>1.660,00</b>	<b>60,00</b>

**Prestação de Serviços**

Descrição	2014	2013
Quotas dos utilizadores	164.203,50	164.903,85
Quotizações e jóias	925,00	2.220,00
Serviços secundários	-	-
<b>Total</b>	<b>165.128,50</b>	<b>167.123,85</b>

**22. Subsídios, doações e legados à exploração**

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2014	2013
Subsídios do estado e outros entes públicos:		
Centro Regional Segurança Social	236.958,52	227.345,58
I.E.F.P.	5.793,39	-
Município de Vila Nova de Famalicão	5.000,00	-
Doações e heranças:		
Banco alimentar contra a fome	1.455,76	821,75
<b>Total</b>	<b>249.207,67</b>	<b>228.167,33</b>

**23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

O apuramento do CMVMC, nos períodos de 2014 e 2013, foi efetuado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Inventário Inicial	1.415,60	822,27
Compras	27.105,40	28.767,44
Regularizações	1.455,76	-
Inventário Final	- 534,93	- 1.415,60
<b>CMVMC</b>	<b>29.441,83</b>	<b>28.174,11</b>

**24. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	19.849,78	26.134,56
Materiais	4.412,31	4.554,44
Energia e fluidos	16.349,87	14.886,50
Deslocações, estadas e transportes	2.043,10	1.566,05
Serviços diversos (*)	4.989,71	4.573,46
Seguros	2.751,06	2.714,99
Comunicação	1.449,02	1.543,77
Outros serviços	350,42	179,75
<b>Total</b>	<b>47.644,77</b>	<b>51.715,01</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

**25. Gastos com o pessoal**

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2014 e 2013, foi de onze. A Direção tem 5 membros e a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, três membros cada.

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas remuneradas ao serviço da Instituição em 2014 e em 2013 foi de vinte e um.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao pessoal	227.932,08	233.411,11
Indemnizações	160,05	197,73
Encargos sobre as remunerações	48.407,26	48.686,31
Seguros acid.no trab.e doenças profissionais	1.659,56	1.489,44
Outros gastos com o pessoal	1.422,80	1.208,96
<b>Total...</b>	<b>279.581,75</b>	<b>284.993,55</b>

**26. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos suplementares	700,00	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	20,85
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	300,46	-
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	14.074,00	54,10
Donativos	705,00	2.193,00
Outros não especificados	2.550,00	-
Imputação de sub.p/investimentos e doações	5.270,13	6.633,74
Juros obtidos	0,01	149,06
<b>Total...</b>	<b>23.599,60</b>	<b>9.050,75</b>

**27. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	138,20	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	624,77	-
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a exercícios anteriores	300,12	2.440,38
Quotizações	170,00	170,00
FRSS - Fundo de reestruturação do setor social	152,07	-
Outros não especificados	1,38	0,12
Outros gastos e perdas de financiamento	32,50	-
<b>Total</b>	<b>1.419,04</b>	<b>2.610,50</b>

**28. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2013, tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	15.760,13	17.844,14
Outros gastos e perdas de financiamento	2.990,97	710,87
<b>Total</b>	<b>18.751,10</b>	<b>18.555,01</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(18.751,10)</b>	<b>(18.555,01)</b>

**29. Compromissos**Garantias e avales prestados

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a Instituição não tinha responsabilidades por garantias ou avales prestados, à data de 31 de Dezembro de 2014.

*Ma. Pinto*  
*J. L.*  
*key*



### **30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **31. Acontecimentos após data de balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

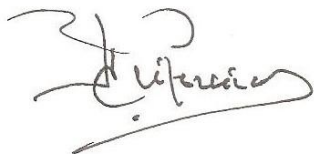
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### **32. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 25 de março de 2015.

Vila Nova de Famalicão, 25 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Direção

